

# Após inflar orçamento do Judiciário em 83%, Richa quer mudar regra

### Regra adotada por Richa elevou em 83% a verba do Judiciário

#### Governo propõe mudança na forma de distribuição do FPE que quase dobrou as verbas do Judiciário desde 2011

*Katia Brembatti*

● O governo do Paraná pretende tirar do cálculo da distribuição orçamentária o Fundo de Participação dos Estados (FPE), que foi incluído na conta a pedido do próprio governo, há cinco anos.

A mudança tem um efeito milionário. Desde 2011, a estratégia aumentou em 83% a verba destinada ao Judiciário — quase R\$ 1 bilhão a mais em cinco anos — e agora retiraria anualmente ao menos R\$ 234 milhões dos cofres do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). Não é o primeiro embate que o governo estadual trava com o Judiciário paranaense para diminuir o tamanho do repasse.

A proposta de retirada do FPE do cálculo foi enviada à Assembleia Legislativa do Paraná. Mas os deputados não querem votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias antes que as partes se acertem. O líder do governo na Assembleia,

deputado Luiz Claudio Romanelli (PSB), conta que já aconteceram várias reuniões entre o governador Beto Richa e o presidente do TJ-PR, Paulo Vasconcelos — também com a presença de representantes de outros órgãos afetados, como o Ministério Público. “Há diálogo, mas é um diálogo duro”, afirma Romanelli.

Com a justificativa de melhorar o serviço prestado ao cidadão, o governo usou um subterfúgio para inflar o repasse de verbas ao Judiciário a partir de 2011. É que, por lei, o Tribunal de Justiça tem direito a 9,5% do orçamento paranaense e, quando o “bolo” a ser dividido foi aumentado, a fatia destinada ao sistema judicial ficou maior. “Esse dinheiro foi comprometido contratando funcionários e juízes — uma despesa que agora não pode facilmente ser cortada”, afirma Romanelli.

Contudo, o entendimento por parte de quem organiza as finanças do governo é de que há gordura para queimar, que o tribunal poderia economizar em outras áreas — e que seria possível fazer uma gestão mais “democrática” dos fundos que arrecadam com custas de cartório, por exemplo.

O orçamento do Judiciário triplicou nos últimos 10 anos, passando de R\$ 527 milhões em 2005 para R\$ 1,78 bilhão no ano passado — bem acima do acumulado da inflação,

que foi de 65% no período. Somente em duas oportunidades o repasse ao TJ subiu menos do que a reposição inflacionária — em 2009 e em 2015, quando o governo estadual cortou, já no final do ano, parte do que estava destinado ao Judiciário. “Crescer a despesa não dá mais, mas é preciso construir uma solução pelo caminho do diálogo. Estamos esperando esse entendimento”, enfatiza Romanelli.

A assessoria de imprensa do TJ-PR informou que o órgão não irá se manifestar até que o projeto seja votado na Assembleia.

## R\$ 450 MILHÕES

Se a proposta for aprovada pela Assembleia, a estimativa é de que o Legislativo, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público perderão, juntos, mais de R\$ 450 milhões anuais no orçamento.

### CONTINUA

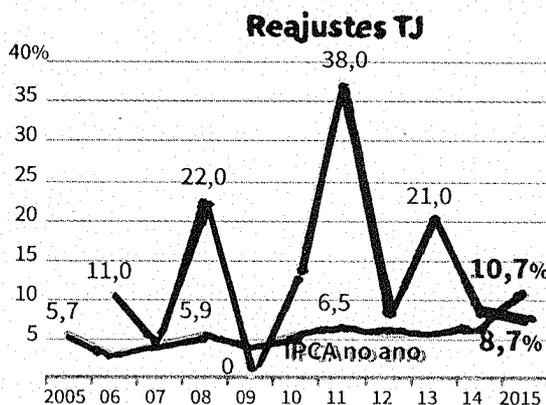
26 JUL 2016

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

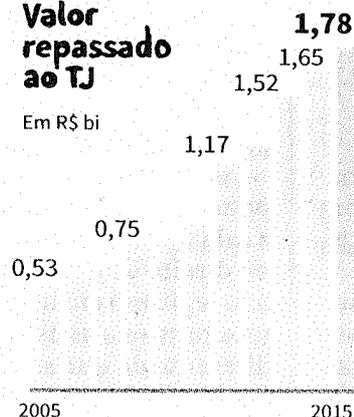
## VARIAÇÕES

Orçamento do TJ-PR triplicou em dez anos, enquanto que a inflação chegou a 65%. Em 2015, o repasse subiu menos porque o governo estadual cortou parte da verba do final do ano.



## Valor repassado ao TJ

Em R\$ bi



Fonte: Prestações de Contas anuais do Governo do Estado. Infografia: Gazeta do Povo.

## VIZINHOS DE CENTRO CÍVICO

### Desentendimento entre os poderes já dura sete meses

● Foi em dezembro de 2015 que, subitamente, as relações entre o governo do estado e o Judiciário descambaram. E o motivo da briga foi dinheiro — e mais algumas declarações duras de ambas as partes. O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) contava com o repasse da última parcela do ano para pagar funcionários quando foi informado que a verba não seria depositada. A negativa veio acompanhada de

uma provocação bem direta: o secretário estadual da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, disse que alguns poderes “esbanjam recursos públicos” e são “ilhas de prosperidade” em meio ao caos econômico do entorno. Na época, ele também alegou que o TJ-PR teria R\$ 947 milhões em aplicações financeiras e que, portanto, não precisaria do repasse de verbas cobrado do estado. Em resposta, o presidente do tribunal, Paulo Vasconcelos, desafiou o secretário a provar a existência dos investimentos. A coisa ficou em banho-maria até o mês

seguinte, quando o governo voltou a tirar uma fatia do valor esperado pelo TJ-PR. A disputa passou a ser travada em outros tribunais. Enquanto o TJ-PR tenta na Justiça assegurar o repasse integral da verba mensal, o governo também buscou o Judiciário para que autorize o saque de R\$ 640 milhões em depósitos judiciais, que são valores discutidos nas ações e que ficam depositados em juízo até a conclusão dos processos. As partes ainda não se acertaram sobre quem fica com qual parte da verba pública. (KB)

CONTINUA

26 JUL 2016

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



Judiciário pode perder R\$ 234 milhões ao ano com a medida,

## Lei orçamentária depende da renegociação das dívidas dos estados

● Mesmo que governo estadual e Tribunal de Justiça cheguem a um acordo sobre o repasse mensal de recursos públicos, ainda assim a Assembleia Legislativa não conseguiria aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). É que uma votação que irá acontecer em Brasília acaba influenciando em decisões locais e determinará como será a distribuição do dinheiro no Paraná. Está em trâmite no Congresso Nacional a renegociação das dívidas dos estados. Caso a proposta seja aprovada, os cofres paranaenses ficariam aliviados, temporariamente, da necessidade de pagar R\$ 480 milhões em débitos em 2016. Para o ano que vem, a estimativa é de que o desconto nos compromissos pode chegar a R\$ 600 milhões. Sem a obrigatoriedade de fazer essa destinação, o governo tende a ficar mais benevolente no quesito corte de despesas e outras economias. Enquanto a questão não é resolvida no Congresso, a LDO não será apreciada na Assembleia Legislativa.

### Corpos instáveis 1

**A** diretora presidente do Teatro Guaíra, Monica Rischbieter, distribuiu ontem nota oficial à imprensa sobre o imbróglio dos cargos administrativos e artísticos que envolvem o Balé Guaíra e a Orquestra Sinfônica do Paraná. Os dois corpos estáveis estão ameaçados de ter suas atividades paralisadas em razão de decisão do Tribunal de Justiça, que julgou irregular a forma de contratação dos profissionais por meio de cargos comissionados. Monica diz que tem trabalhado para a solução do problema, propondo ao Executivo: 1 – Manter o Centro Cultural Teatro Guaíra como Autarquia Estadual, criando uma lei de cargos em comissão, em número reduzido, para chefes e assessores do CCTG, “sem os quais não é possível operar o Teatro”; 2 – Implantar o Serviço Social Autônomo PALCOPARANÁ – criado por Lei do Executivo em dezembro de 2014 – para gerir os corpos artísticos (bailarinos e músicos).

### Corpos instáveis 2

Segundo ela, lei já aprovada pela Assembleia Legislativa aguarda sanção do governador Beto Richa. Ela diz ainda que pediu à Procuradoria Geral do Estado que solicite ao Tribunal de Justiça e ao Ministério Público um prazo para que seja implantado o referido Serviço Social Autônomo. “Sem este prazo, o governo será obrigado a paralisar as atividades do Balé e da Orquestra”, diz Monica Rischbieter.

O que, aliás, seria imperdoável.

### Corpos instáveis 3

Na última sexta-feira, a própria Associação de Bailarinos e Apoiadores do Balé Teatro Guaíra se manifestou, também por meio de nota à imprensa, segundo a qual “a maioria dos bailarinos e músicos será exonerada, a pedido do Ministério Público, em função da forma de contratação destes profissionais ter sido declarada inconstitucional pela unanimidade do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no dia 04 de julho de 2016”. A nota da ABABTG diz que o Acórdão contendo a decisão na Ação Direta de Inconstitucionalidade 0990295-4/00 foi disponibilizado no dia 20 de julho e, desde então, os cargos comissionados que garantem o funcionamento tanto do Balé Guaíra quanto da Orquestra Sinfônica estão extintos.

### JUDICIÁRIO

#### Nova regra eleitoral é “salto no escuro”, diz Gilmar Mendes

● O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, afirmou ontem que as eleições municipais deste ano serão um “experimento institucional”, diante do impacto das novas regras eleitorais, que impõem o fim do financiamento privado e redução pela metade no prazo às campanhas. Mendes avaliou que fazer alterações no processo eleitoral sem modificar o sistema todo foi um “pulo no escuro”. Com o foco em 2018, ele defende uma reforma política.

### PRISÃO

#### Suplicy é detido durante reintegração de posse em São Paulo

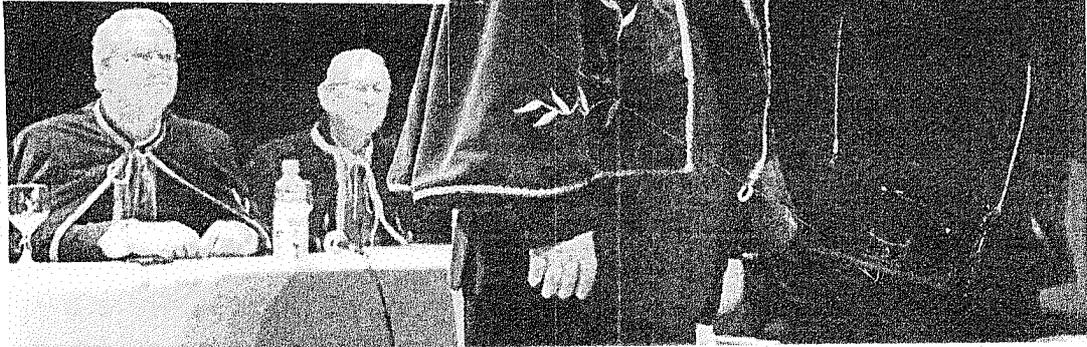
● O ex-senador e candidato a vereador Eduardo Suplicy (PT) foi detido ontem durante uma reintegração de posse em São Paulo por resistência. Ele e mais duas pessoas foram levadas ao 75º DP. O político se deitou na rua para impedir a reintegração e chegou a ser carregado pelos policiais militares. Nas redes sociais, o petista afirmou, via assessoria, que “se fazem isso com um ex-senador da República, imagine o que sofre a população que tanto precisa de apoio”.

26 JUL 2016

## GAZETA DO POVO

### **Colunista Carneiro Neto é o mais novo imortal**

● Com seis livros publicados e 50 anos de carreira na imprensa esportiva, o colunista da Gazeta do Povo **Carneiro Neto (foto)** se tornou imortal nesta segunda-feira (25). Em evento no Sesc da Esquina, em Curitiba, o comunicador virou oficialmente membro da Academia Paranaense de Letras. Eleito em maio, aos 67 anos ele ocupa a cadeira número 40, sucedendo o historiador e atleticano Valério Hoerner Jr. Sua obra mais famosa é o livro *Atletiba, a Paixão das Multi-dões*, escrito com o também jornalista Vinicius Coelho.



26 JUL 2016

# GAZETA DO POVO

## Reforma da Previdência pode incluir servidores em regime único

Governo Temer  
estuda transição  
para que regras  
sejam as mesmas  
para iniciativa  
pública e privada

BRASÍLIA

Estadão Conteúdo

● O ministro da Casa Civil, Eli-seu Padilha, afirmou ontem que, no projeto para a Reforma da Previdência que o governo pretende apresentar até o fim do ano, estão incluídos estudos sobre um tempo de transição para o regime único. “O presidente Michel Temer, quando expusemos a ele as primeiras ideias, pediu que fizessemos um estudo para ver se não é possível nesse momento, mesmo que a gente tenha uma transição longa, mas de caminhar para um regime único”, afirmou, após receber uma medalha da aeronáutica pelo trabalho executado para a aviação nacional.

Padilha, que foi ministro da Secretaria da Aviação Civil do governo da presidente afastada Dilma Rousseff, afirmou ainda que o grupo de trabalho formado pela Casa Civil, Planejamento, Fazenda, Trabalho e Desenvolvimento Social, está dedicado a mapear quais seriam as variáveis e qual seria o tempo de transição para esse regime único. “Temos que ver apenas como se atinge o direito, a aquisição do direito à aposentadoria. Mas tem solução. Muitos paí-



Déficit da previdência deve chegar a R\$ 180 bilhões em 2017.

### R\$ 18,2 BILHÕES DE 13.º SALÁRIO

O pagamento da primeira parcela do 13º aos aposentados e pensionistas em agosto consumirá R\$ 18,2 bilhões, informou a Secretária da Previdência, vinculada ao Ministério da Fazenda. Segundo o órgão, mais de 29 milhões de pessoas receberão a antecipação da gratificação natalina. Os depósitos começam no dia 25 de agosto para os segurados que recebem até um salário mínimo. Para aqueles que recebem acima do salário mínimo, a primeira parcela do abono anual será creditada a partir do dia 1º de setembro. O calendário de pagamento vai até 8 de setembro.

ses já fizeram isso. O Brasil seguramente também poderá fazer”, afirmou. “O certo é que a voz foi do presidente. Ele pediu um estudo, ainda está feito.”

Durante o fim de semana, Padilha usou sua conta no Twitter para comentar a Reforma da Previdência. Ele destacou o pedido de Temer ao grupo de trabalho e afirmou que é “impostergável” a realização da reforma. “Estamos chegando aos 80 anos e não nos preparamos para dar dignidade aos idosos”, disse. “A

Reforma da Previdência é de interesse de cada um e de todos os brasileiros. Seu debate está acima de qualquer entidade”, completou.

Padilha destacou o déficit de 2015 com a previdência de R\$ 86 bilhões, disse que a previsão em 2016 é de déficit de R\$ 140 bilhões e, em 2017, de R\$ 180 bilhões. “Em breve, não caberá no Orçamento Geral da União”, afirmou. O ministro ressaltou que “quem já tiver direito à aposentadoria não sofrerá nenhuma mudança ou prejuízo.”

26 JUL 2016

# FOLHA DE S. PAULO

## Eleição será teste para nova lei, diz Mendes

Para ministro, proibição de doações empresariais pode gerar onda de fraudes e caixa dois nas disputas municipais

**Presidente do TSE afirmou que mudanças nas leis eleitorais podem judicializar e até anular pleitos**

**MÁRCIO FALCÃO**  
DE BRASÍLIA

O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Gilmar Mendes, afirmou nesta segunda-feira (25) que as eleições municipais deste ano serão um “experimento institucional” para testar as novas regras eleitorais, como a proibição de financiamento das campanhas por empresas.

A nova legislação estabelece que somente pessoas físicas doem para os candidatos, com o limite de 10% dos rendimentos brutos do doador no ano anterior à eleição. Também é liberado o uso do fundo partidário.

O receio de especialistas é de que seja feito um esquema de “cooptação de CPFs” para mascarar as doações.

“Alguns jornais têm publicado notícias sobre a possibilidade de que organizações criminosas participem das eleições em função dessas restrições. Por outro lado, acredito que as empresas regulares, em princípio, tendo em vista operações como a Lava Jato, não vão se animar a fazer uma operação de caixa dois”, disse Gilmar.

“Demos um salto no escuro ao escolhermos o fim da doação privada sem mudar o sistema eleitoral”, completou o ministro.

Segundo ele, a organização do pleito mostrará ao país a necessidade de nova mudança nas regras. “Em novembro precisaremos discutir uma reforma, inclusive dessa legislação”, afirmou.

### LIMITES

Os candidatos que vão disputar as urnas também terão que seguir um teto fixado pela legislação. O maior é o limite de R\$ 45,4 milhões para cada candidato à Prefeitura de São Paulo. No caso dos vereadores, um erro no registros das eleições de 2012 levou o TSE a fixar o teto de R\$ 26,8 milhões para cada candidato a vereador de Manaus (AM) —em São Paulo, por exemplo, esse limite é de R\$ 3 milhões.

Gilmar admitiu o problema e disse que eventuais distorções terão que ser discutidas e corrigidas pelo tribunal.

Nesse sentido, o ministro afirmou que foi firmado um convênio para a formação de um núcleo de inteligência que ampliará a fiscalização das contas de campanhas das eleições municipais.

Pelo acordo, técnicos do tribunal atuarão em conjunto com o órgãos como Receita Federal, Banco Central, Polícia Federal e TCU (Tribunal de Contas da União) para combater o caixa dois.

Gilmar Mendes ainda previu a tendência de que o processo eleitoral seja judicializado com as novas regras, o que pode levar até à realização de novas eleições depois

de outubro, dependendo dos eventuais questionamentos.

Por fim, Gilmar mostrou preocupação com o ritmo de registro de candidaturas. Até agora, a Justiça Eleitoral só recebeu o registro de 122 delas, sendo que são esperadas que haja entre 530 e 580 mil candidaturas. Os partidos têm até o dia 15 para oficializar seus candidatos.

26 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

# Suplicy é detido pela PM em reintegração de posse em SP

Ex-senador do PT e ex-secretário da gestão Haddad classificou ação de 'truculenta'; Estado diz que ele insistiu na obstrução da via

O ex-senador Eduardo Suplicy (PT) chamou de "inaceitável" e "truculenta" sua detenção, nesta segunda (25), pela Polícia Militar em reintegração de posse em São Paulo. "A truculência da Polícia Militar do governo Alckmin é inaceitável. Se fazem isso com um ex-senador da República, imagine o que sofre a população que tanto precisa de apoio", disse o petista em sua página em uma rede social.

Suplicy, que deixou recentemente a pasta de Direitos Humanos da gestão Haddad (PT) para se candidatar a vereador, foi detido em protesto contra a reintegração de posse de um terreno de 11 mil m<sup>2</sup> da prefeitura no Jardim Raposo Tavares (zona oeste). Ele foi levado ao 75º DP para prestar depoimento.

"Fiquei com receio de que pudesse haver uma cena de violência quase que incontrolável. Falei: 'Vou me deitar aqui para prevenir e evitar qualquer violência'", afirmou Suplicy na delegacia. Ele diz que foi detido após recusar o pedido de duas oficiais de Justiça para que se levantasse.

"Teve um momento que estavam me levando com uma certa força, mas eu chamei a atenção, falei 'olha, desse jeito você vai quebrar o meu braço', e aí eles me levaram com maior respeito."

Em nota, o governo do Estado disse "lamentar que o ex-senador tenha aproveitado a fragilidade de famílias para tumultuar uma reintegração de posse em cumprimento a uma ordem judicial solicitada pela prefeitura de São Paulo, dona do terreno".

A nota da gestão Alckmin (PSDB) diz ainda que Suplicy insistiu na obstrução da via mesmo após negociação.

# FOLHA DE S. PAULO

HÉLISO SCHWARTSMAN

## Campanhas franciscanas

**SÃO PAULO**—A eleição para prefeituras e câmaras municipais deste ano será atípica. Deveremos ter campanhas bem mais modestas que as verificadas em pleitos anteriores.

São dois os motivos para o redimensionamento. O primeiro é a decisão do STF que banuiu doações de empresas. Em condições normais, esse tipo de medida teria eficácia parcial. Proibições raramente resultam no fim da atividade que se deseja banir. No mais das vezes, elas fazem com que a prática procure outros caminhos. No caso, seriam as doações de pessoas físicas, que continuam legais, ou o caixa dois. Não é do meu feitio comprar pelo valor de face declarações de marqueteiros, mas acredito em João Santana quando diz que 98% das campanhas no Brasil usam caixa dois.

Este ano, porém, as coisas tendem a ser diferentes. A Lava Jato, nosso segundo motivo, não apenas faz com que autoridades fiquem muito mais atentas às doações como também colocou em sérias dificuldades financeiras várias das empresas que tinham o hábito de despejar grandes somas em candidaturas.

Há razões, portanto, para acreditar que, desta vez, as campanhas terão mesmo de adequar-se a orçamentos franciscanos. E eu penso que isso é bom. É verdade que candidatos enfrentarão maior dificuldade para fazer-se conhecer pelo eleitor e para apresentar suas ideias. Os programas do horário gratuito também tenderão a ficar menos interessantes, o que talvez faça com que o cidadão vote com menos informação.

Apesar disso, acho que vale a pena tentar impor campanhas substancialmente mais baratas. Fazê-lo tende a diminuir a influência do poder econômico sobre políticos, o que me parece mais importante do que promover o tal de voto consciente, que não passa de uma quimera mesmo.

A má notícia é que em 2018 a conjunção de fatores que leva à seca de doações já deverá ter enfraquecido e as coisas estarão voltando ao normal.

26 JUL 2016

26 JUL 2016

## FOLHA DE S. PAULO

 contraponto

### Comprovante de residência

O ex-doleiro Alberto Youssef passou por constrangimento em audiência do Supremo Tribunal Federal que ouviu as testemunhas de acusação contra o ex-presidente da Câmara, o deputado Eduardo Cunha.

Antes de iniciar seu depoimento, Youssef, um dos primeiros grandes alvos da força-tarefa da Lava Jato, foi questionado sobre qual era seu ofício.

— Agora estou sem profissão, mas era empresário.

Em seguida, perguntaram -lhe seu endereço.

— Nesse momento, na Santa Cândida, Polícia Federal — respondeu, referindo-se ao bairro onde fica localizada a carceragem da PF em Curitiba.

26 JUL 2016

## FOLHA DE S. PAULO

### Conti critica meu trabalho de maneira descontextualizada

AGOSTINHO RAMALHO MARQUES NETO

ESPECIAL PARA A FOLHA

No comentário “Os olhos, ah, os olhos”, de 5 de julho, Mario Sergio Conti critica o livro “A Resistência ao Golpe de 2016” num texto que se limita a citar em tom depreciativo fragmentos do livro, descontextualizados e sem indicação de autoria.

Em duas linhas, sem citar o meu trabalho “O Juiz como Protagonista do Espetáculo: a Paranoia como Metáfora para Pensar essa Posição”, ele assim pretende refutá-lo: “A caricatura aparece num ensaio que sataniza Sergio Moro. O autor tem a risível audácia de comparar o juiz paranaense ao paranoico clássico analisado por Freud, Daniel Schreber —aquele que, ao comer, jurava que engolia pedaços da língua...”.

Caracterizar Schreber como “aquele que, ao comer, jurava que engolia pedaços da língua” é desconhecer aquilo de que trata o famoso caso clínico de Freud. O que interessa a Freud e a mim, no meu artigo, são os traços estruturais da paranoia, como a “certeza absoluta e delirante; inacessibilidade à dúvida e à autocorreção; falta de acesso ao princípio de realidade e à re-

tificação racional; missão redentora que não raro se apresenta também como sagrada”. O delírio de Schreber consistia na crença de que era imperiosa sua transformação em mulher para conceber filhos de Deus, fazendo nascer nova raça de homens para redimir a humanidade.

Só evoquei o detalhe de “engolir pedaços da língua”, um mero acidente alucinatório, para ilustrar a falta de acesso ao princípio de realidade. A certeza de que engolia partes da língua enquanto comia era tão inabalável que não adiantaria mostrá-lo ao espelho a língua íntegra: ele engolira, sim, e se agora aparecia inteira, era por “milagre divino”. A certeza ficava preservada e quaisquer contra-argumentos eram ignorados.

Não afirmo que Moro seja um paranoico nesse sentido psicótico. Ao contrário, deixo claro que não considero que o seja. O seu “delírio” é de outra natureza. Mas também comporta a certeza prévia da culpa de acusados da prática de crime, ainda que muitas vezes sem prova cabal que sustente a convicção. O processo carrega desde a origem presunção de culpa.

Essa certeza prévia, como ocorria com Schreber, não ce-

de diante de argumentos em contrário, e a partir dela são buscadas a todo custo as provas que pareçam corroborá-la, desprezando-se a presunção de inocência e o devido processo legal, aceitando-se “provas” obtidas ilegalmente ou mediante o recurso a práticas semelhantes à tortura, como o prolongamento da prisão provisória para pressionar o sujeito a fazer o “acordo” de delação, vazando-se, para a imprensa informações obtidas mediante escutas ilegais, para induzir a opinião pública a pressionar os julgadores nas instâncias superiores a manterem as sentenças de primeira instância. O combate à corrupção serviria de justificativa para práticas judicantes abusivas.

Foi nesse contexto que tomei traços da paranoia como metáforas para pensar a atuação do juiz Moro e também do aparato chamado de força-tarefa que sustenta a prática desses atos abusivos e que abrange membros da PF, do Ministério Público Federal e da grande imprensa, com destaque às versões que se sobrepõem aos fatos nos noticiários da TV Globo.

Se o paralelo que fiz é risível, como diz o jornalista, isso é questão de ponto de vista. Afinal, todos podem rir ou chorar do que quer que seja. Se é audacioso, assumo a audácia de dirigir críticas a autoridades e sistemas de poder, se as julgar pertinentes.

AGOSTINHO RAMALHO MARQUES NETO é psicanalista e professor de Filosofia do Direito

26 JUL 2016

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Contribuinte é condenado a pagar R\$ 3,3 milhões por renda não declarada à Receita

Um operador de crédito de Ponta Grossa (PR) terá que pagar R\$ 3,3 milhões à Fazenda Nacional referentes a valores não declarados no Imposto de Renda (IR). Na última semana, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou recurso do autor, que alegou ter utilizado as suas contas bancárias pessoais para realizar empréstimos em nome de terceiros. A decisão confirmou sentença de primeira instância.

O morador da região central do Paraná afirmou que o valor apurado pelo Fisco entre os anos de 2005 e 2008 não corresponde à sua situação financeira e tampouco ao acréscimo patrimonial que obteve no período.

Ele narrou trabalhar com a mediação de empréstimos financeiros e que, no momento em que o seu IR foi lançado, a Receita Federal considerou todas as movimentações realizadas em suas contas bancárias, sem deduzir os valores das operações feitas em nome de terceiros.

O operador de crédito também apontou que houve quebra indevida de seu sigilo bancário para a apuração da alegada omissão de receita, uma vez que a operação foi realizada sem prévia autorização judicial. Ele ajuizou ação solicitando a anulação da dívida.

A Fazenda Nacional alegou que não houve comprovação da origem das movimentações bancárias na via administrativa nem foram apresentados os contratos dos “supostos empréstimos” realizados.

A ação foi julgada improcedente pela Justiça Federal de Ponta Grossa, levando o contribuinte a recorrer contra a sentença.

No entanto, por unanimidade, a 2ª Turma do TRF4 decidiu manter a decisão proferida em primeira instância. O relator do processo, juiz federal Luiz Carlos Cervi, convocado para atuar no tribunal, apontou que “a cobrança de imposto de renda é legítima quando não fica comprovada a origem dos valores depositados na conta bancária do contribuinte”.

Segundo o magistrado, “o autor assumiu os riscos do empreendimento ao utilizar conta pessoal para a prestação de serviços a terceiros e, por consequência, ele tem o dever de prestar informações detalhadas de suas movimentações ao Fisco”.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## TRF4 mantém condenação

### de personal trainer por tráfico de anabolizantes

26 JUL 2016

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) manteve, na última quarta-feira (20), decisão que condenou um personal trainer à prestação de 780 horas de serviços comunitários por tráfico de anabolizantes. Em 2013, a Receita Federal flagrou o morador de Uberlândia (MG) trazendo mais de 100 envelopes, 30 frascos e 160 ampolas de esteróides do

Paraguai. A prisão aconteceu no pedágio de São Miguel do Iguaçu (PR).

O homem, que é fisiculturista, confessou o porte das substâncias aos agentes. Entretanto, alegou que não tinha a intenção de comercializá-las, já que seriam para o consumo dele e de outros cinco colegas. Além disso, sustentou não saber que sua atitude era ilegal.

## Justiça mantém justa causa por fraude em nota fiscal

Trabalhadores têm recorrido ao Judiciário para tentar derrubar demissões por justa causa aplicadas por um motivo inusitado: a colocação dos seus números de CPF – ou de familiares – em cupons fiscais de clientes para a obtenção de créditos do Programa Nota Fiscal Paulista, que devolve

até 20% do ICMS recolhido pelo estabelecimento comercial ao consumidor.

Os empregadores consideram a prática como falta grave, por fraudar vendas, e em muitos casos têm conseguido em segunda instância manter as dispensas motivadas.

## Condomínio deve indenizar pessoa atingida por queda de objetos do prédio

Cabe ao condomínio zelar pela segurança da fachada de suas unidades, o que justifica incluí-lo na parte passiva de processo que cobra indenização por eventuais danos causados pela queda de objetos. Assim entendeu a 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal ao condenar um condomínio do litoral catarinense a pagar indenização individual de R\$ 5 mil a dois pedestres atingidos por objetos que caíram da fachada do edifício.

A sentença condenatória

de primeira instância havia sido reformada pela 2ª Turma Cível do Tribunal, por maioria de votos. Mas, depois de recurso de embargos de infringentes, a câmara manteve a condenação.

Os autores afirmaram que estavam a caminho da praia quando foram atingidos por cacos de vidros e vigas de ferro, sofrendo várias lesões. Segundo eles, houve negligência por parte do condomínio quanto à segurança da fachada do prédio.

# ASSÉDIO NO JENTO

Casal abusava sexualmente de bebê de um ano. Abusos começaram aos três meses

Lucas Sarzi  
lucass@tribunadoparana.com.br

**A** Polícia Civil investiga uma história assustadora que aconteceu em São José dos Pinhais. Um casal, ela com 29 anos e ele com 41, foi preso suspeito de abusar sexualmente de um bebê de um ano e meio por mais de nove meses. Com a prisão, a Delegacia da Mulher e do Adolescente da cidade descobriu muitos outros crimes cometidos.

Conforme a polícia, os abusos começaram quando a criança, um menino, tinha apenas três meses de idade. “Hoje, a criança tem um ano e meio e, durante todo este tempo, foi violentada”, disse a delegada Tatiana Guzella.

A descoberta do crime foi na semana passada, depois que a mulher, de primeiro nome Neliana, fugiu de casa e se escondeu no interior do Paraná. Ela procurou um delegado de lá e contou de informalmente o que havia acontecido. Conforme os relatos, ela sofria agressões constantes e era obrigada a cometer os abusos contra o próprio filho, pois o marido, de primeiro nome Márcio, a puniria caso se negasse.

Quando soube de tudo o que acontecia, o delegado orientou a mulher que procurasse a polícia para registrar a ocorrência.

“Mas ela não apareceu, nós começamos a investigar e descobrimos muito mais crimes do que imaginávamos”, contou Tatiana. Conforme a delegada, Márcio descobriu que a mulher estava escondida no interior e foi atrás. “Para conseguir trazê-la de volta, ele usou vídeos que fez dela abusando do menino e os mostrou para o pai da criança e o pai da mulher. Ela foi, praticamente, sequestrada da casa onde estava”.

Os dois voltavam para São José dos Pinhais quando Márcio descobriu que era esperado em casa. “Na tentativa de escapar, ele cancelou a linha telefônica e quebrou um cartão de memória do celular. Quando chegou, foi preso”, contou a delegada. O chip do telefone e o cartão de memória quebrado foram encontrados pelos policiais e apreendidos.

## PROVAS

Na delegacia, a mulher contou tudo o que havia passado e, mesmo sendo vítima, ao entendimento da autoridade policial, acabou também sendo vista como autora. Ela deu detalhes de tudo o que passou e os policiais conseguiram encontrar os materiais gravados pelo próprio marido na residência do casal. “Apreendemos computadores, analisamos e, em um deles, encontramos 43 vídeos, todos da criança sendo abusada pela mulher”.

## ASSUSTADOR

Os abusos registrados pois a polícia acredita que muitos outros abusos cometidos contra o menino não foram filmados, segundo a delegada, eram cometidos sempre por Neliane e

filmados por Márcio. “Ela disse que era obrigada a fazer sexo oral, tinham registros de masturbação em cima da criança, e caso o pedido do homem não fosse feito, ela (a mulher) era punida apanhando. Nós acreditamos que, mesmo sendo vítima, pois sequer podia sair de casa sem avisá-lo, ela teve sua parcela de cumplicidade nisso tudo”.



Tatiana: assustador.

**CONTINUA**

# TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

26 JUL 2016

## Obrigada a se vender

Como se não bastassem os abusos contra a criança, Neliane também contou aos policiais que era obrigada a se prostituir. “Os contatos para os programas eram todos feitos pelo celular de Márcio. Ele agilizava, marcava os encontros e levava a própria mulher para fazer os programas”, disse a delegada Tatiana Guzella.

Durante os atos sexuais, o homem ainda obrigava a mulher a ligar para ele, para que ele ouvisse a relação sexual, que ainda era feita sem camisinha, por obrigação do próprio marido. “Depois, quando ela voltava para a casa, era obrigada a transar com ele da mesma forma em que transava nos programas”.

### EX TAMBÉM

Além de Neliane, Márcio, que é caminhar, vivia em São José dos Pinhais com duas filhas, de 16 e 19 anos. Durante as investigações, as jovens ajudaram o trabalho dos policiais e

apontaram ainda outra pessoa que poderia ajudar nas investigações: a mãe delas. As agressões contra essa mulher duraram aproximadamente 17 anos.

A polícia descobriu que a ex-mulher de Márcio, da mesma forma que a atual, era obrigada a se prostituir e a repetir crimes semelhantes ao que Neliane cometia. “A princípio, estes crimes não envolviam crianças. Mas ela sofria as mesmas torturas e era vítima das mesmas agressões que a atual mulher”. A ex teria sido obrigada até a cometer crime de zoofilia.

### IDADE MENTAL

Conforme descobriram os policiais, a ex-mulher do homem, em uma das agressões sofridas, chegou a perder a visão, a audição e teve sua idade mental regredida. “Ela ficou por um tempo sendo cuidada por familiares, pois em uma das agressões, na cabeça, voltou a ter idade mental de cinco anos”. (LS)

## Bebê está com o pai

Na noite em que foi presa, Neliane foi encaminhada com o bebê à Casa da Alice, espaço de apoio à mulher em situação de violência doméstica e exploração sexual. O acolhimento foi provisório até a polícia encaminhá-la ao sistema prisional. O bebê foi acolhido pelo Conselho Tutelar e está com o pai biológico.

Foi com o pai bio-

lógico que a polícia descobriu mais crimes. “A própria Neliane nos contou que registrou queixa e pediu medida protetiva contra o pai da criança, por conta de um crime que foi forjado por Márcio, para evitar que o homem se aproximasse do filho”, contou a delegada Tatiana Guzella. A polícia investiga este possível crime de fraude processual. (LS)

# TRIBUNA DO PARANÁ

# TRÁFICO HUMANO

26 JUL 2016



Sílvia: crimes acontecem muito perto das pessoas. São sutis, velados.

## PR investiga 40 casos de tráfico de pessoas. Muitas vítimas nem percebem exploração

Daiane Andrade  
daiane@tribunadoparana.com.br

**O** Paraná tem hoje 40 inquéritos em andamento que investigam denúncias de tráfico de pessoas. O dado é do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Paraná, vinculado à Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. E o que mais chama a atenção é que, geralmente, cada caso desses envolve mais de uma vítima, especialmente em se tratando de trabalho análogo à escravidão e prostituição, chegando muitas vezes a centenas de afetados.

Também são motivações para o tráfico humano a adoção ilegal, a servidão doméstica e a

remoção de órgãos. “Os alvos mais comuns são mulheres de 16 ou 18 anos de idade até 39 ou 40 anos, no geral, e de até 45 anos quando se trata do comércio de órgãos”, explica a coordenadora do órgão, Sílvia Cristina Xavier.

Ela também ressalta que é normal as pessoas não perceberem que estão na condição de vítimas. “Elas acham que entre a fome e determinado emprego, o trabalho é mais importante. Preferem isso a passar necessidade ou não ter como manter os filhos. Ainda mais nesse momento de crise. E a questão da prostituição é igual, principalmente porque, no Brasil, isso não é crime”.

Em outras palavras, isso significa que o consentimento do indivíduo explorado sexualmente é irrelevante para caracterizar o delito. “Se alguém está ganhando com isso, é tráfico humano”.

### CÍRCULO VICIOSO

Outro dado alarmante apresentado pelo Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado é o de que a maior parte dos aliciadores é formada por mulheres. São ex-vítimas que já foram exploradas e, num segundo momento, passam para o outro lado. “Quase 60% dos aliciadores são mulheres, infelizmente. E o que nós percebemos é que são pessoas que já sofreram bastante, mas depois acabam colaborando com esse tipo de crime. Para romper esse ciclo, a melhor saída é denunciar”.

### COMBATE

De olho numa esperada mudança de cenário, o Governo do Estado abriu ontem a 3.ª Semana Internacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - Coração Azul, no Paraná. São várias ações programadas até o próximo sábado, que buscam a conscientização da população e o reforço nas medidas de combate a esses crimes. Denúncias podem ser feitas anonimamente pelo Disk 100 ou pelo telefone 181.

26 JUL 2016

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME

#### **Manutenção de prisão**

Em parecer encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) o subprocurador-geral da República Francisco Sanseverino defende que seja mantida a prisão preventiva do ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque, decretada pela 3ª Vara Criminal do Rio, em dezembro. Renato Duque foi indicado pelo PT para ocupar a Diretoria de Serviços da Petrobras. Essa unidade da estatal, segundo a Lava Jato, era cota do PT.

#### **Propina de US\$ 1 milhão**

Parte da propina amealhada por meio de contratos fraudulentos era destinada ao PT, via João Vaccari Neto, então tesoureiro do partido. Outra parte ia para a "Casa" - como Duque e seu gerente de Engenharia, Pedro Barusco, se referiam ao quinhão repassado a eles. Segundo o MPF, Duque teria recebido por duas vezes propina de US\$ 1 milhão para favorecer a contratação da empresa holandesa SBM Offshore pela Petrobras

#### **Investigado pede liberdade**

A defesa do empresário Fernando Moura Hourneaux, condenado na Operação Lava Jato, entrou ontem com pedido de liberdade no Supremo Tribunal Federal. Moura foi preso por determinação do juiz federal Sérgio Moro por ter quebrado acordo de delação premiada, no qual citou o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. O habeas corpus será analisado pelo presidente do STF, Ricardo Lewandowski, que está responsável pelo plantão de decisões durante o recesso de julho na Corte.

26 JUL 2016

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME

#### **Indenização a família de militante**

A União terá que pagar R\$ 60 mil de indenização à família de um militante político preso e torturado durante o Regime Militar (1964-1985). O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) confirmou sentença de primeira instância por entender que os crimes de violação de direitos humanos cometidos durante o período são imprescritíveis. O antigo militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), hoje já falecido, foi preso em setembro de 1975, durante a Operação Marumbi, planejada e executada pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e pelo Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), no Paraná.

#### **Preso e incomunicável**

Na ocasião, ele foi detido junto com o seu filho de 17 anos enquanto se dirigia à estação Rodoferroviária de Curitiba para realizar uma ligação interurbana. Após a captura, o autor da ação permaneceu incomunicável por 38 dias e, durante este tempo, foi torturado com choques elétricos e afogamentos, além de outras humilhações. Após mais de uma década do fim do regime, o ex-presos político ajuizou ação solicitando reparação por danos morais. A 2ª Vara Federal de Maringá julgou a ação procedente e condenou a União a indenizar o autor em R\$ 60 mil.

#### **Sem prescrição**

A Advocacia-Geral da União recorreu solicitando a prescrição do processo, uma vez que os fatos narrados ocorreram mais de cinco anos antes da data do ajuizamento da ação. Por unanimidade, o TRF4 decidiu negar o recurso da União. De acordo com o relator do processo, juiz federal Eduardo Gomes Philippsen, convocado para atuar na 4ª Turma, “a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme ao estabelecer que a prescrição quinquenal prevista na legislação não se aplica aos danos decorrentes de violação de direitos da personalidade”.

26 JUL 2016

FOLHA DE LONDRINA

# Justiça manda BRF reajustar salários em 10,83%

Fábio Galiotto  
*Reportagem Local*

A Justiça do Trabalho em Francisco Beltrão (Sudoeste) concedeu liminar que determina que a BRF obedeça à Convenção Coletiva do Trabalho (CCT) dos trabalhadores de abate de aves e pague o reajuste de 10,83%, retroativo desde outubro de 2015. A ação movida pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação da cidade faz parte de uma série, para contestar a tentativa da empresa de fazer valer um acordo coletivo de trabalho (ACT) sobre a CCT, com benefícios inferiores aos previstos a funcionários de outros contratantes do mesmo setor.

A decisão é do juiz substituto da 1ª Vara do Trabalho de Francisco Beltrão, Sandro Antonio dos Santos, do último dia 19. Processos semelhantes correm na Justiça do Trabalho de cidades como Carambeí, Toledo e Dois Vizinhos. Além do pagamento do retroativo e de custas processuais para a empresa, a liminar determina multa de R\$ 1 mil ao dia para cada trabalhador prejudicado por eventuais atrasos.

Cabe recurso sobre a liminar. A reportagem entrou em contato com a assessoria de imprensa da BRF no fim da tarde de ontem, mas

*Ação foi movida pelo sindicato dos trabalhadores em Francisco Beltrão*

não obteve posicionamento da empresa sobre a questão até o fechamento da reportagem, às

20 horas.

Assessor jurídico da Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Paraná, Vanderlei Carlos Sartori Junior afirma que a BRF tentou negociar para pagar pouco mais da metade do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) aos funcionários, que estava em 10,83% em 12 meses completados em novembro do ano passado. Porém, a entidade negociou a renovação da CCT com o Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná.

Outros benefícios aos trabalhadores previstos na CCT, como o anuênio de 1% para cada ano de empresa, também devem ser respeitados. "Mantivemos a negociação de acordo em separado para pontos específicos que pudessem ser de interesse da empresa, mas não poderia prejudicar o trabalhador ou ser nada abaixo da CCT fechada com o setor agrícola inteiro", diz.

26 JUL 2016

## BEMPARANÁ

### Mulher Brasileira

#### Moradores da Vila Torres visitam Casa

Hoje, às 9h30, um grupo de lideranças femininas, moradoras da Vila Torres, visita a Casa da Mulher Brasileira de Curitiba para conhecer as instalações e o funcionamento do projeto. A casa, aberta em 15 de junho, é a porta de entrada do atendimento da mulher vítima de violência na capital e funciona sob a administração compartilhada entre os governos municipal, estadual e federal.

A visita foi organizada pelas próprias moradoras, com apoio do Centro de Referência de Assistência Social Vila Torres (CRAS), para que elas levem às outras mulheres da comunidade informações sobre os serviços que

a Casa oferece às vítimas de violência física, psicológica ou sexual. Cada uma das mulheres será uma referência de informação para as amigas, mães, filhas, vizinhas e companheiras, relatando assim, os serviços especializados oferecidos pela Casa.

A secretária municipal da Mulher, Roseli Isidoro, recebe as visitantes e fará uma apresentação sobre a violência contra a mulher e a Casa da Mulher Brasileira. Logo após a palestra, as mulheres deverão assistir ao teatro do IPCC e visitar as instalações. A Casa completou um mês em julho com uma média de 14 atendimentos por dia.

#### Aliança PSB-Greca para na Justiça

A discussão sobre o apoio do PSB do ex-prefeito e deputado federal Luciano Ducci à pré-candidatura de Rafael Greca (PMN) à prefeitura de Curitiba acabou parando na Justiça. A convenção do partido que oficializaria a aliança estava marcada para acontecer no último sábado, mas foi suspensa por decisão liminar obtida pelo deputado estadual Reinhold Stephanes Júnior, que reivindica a vaga de candidato próprio da sigla a prefeito da Capital. Com isso, a convenção foi remarcada para o próximo dia 3.

Stephanes Jr faz parte de um grupo de quatro deputados estaduais que deixaram o PMDB em março para se filiar ao PSB, por divergências com o presidente estadual do partido, senador Roberto Requião. O grupo inicialmente pretendia apoiar a pré-candidatura de Ducci à prefeitura, mas ele desistiu de concorrer para apoiar Greca.

Ducci alega que o apoio a Greca foi referendado pelas direções estadual e nacional do PSB e que o partido vai recorrer da decisão judicial. Caso a coligação seja confirmada, o PSB deve indicar o vice de Greca.

## JORNAL DO ÔNIBUS

#### Aumento do "caixa dois"

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Gilmar Mendes, admitiu preocupação com a possibilidade de aumento do "caixa dois" de campanha nas eleições municipais deste ano, em razão da proibição das doações de empresas aos candidatos e partidos.

#### Pedido de liberdade

A defesa do empresário Fernando Moura Hourneaux, condenado na Operação Lava Jato, entrou ontem (25) com pedido de liberdade no STF (Supremo Tribunal Federal). Moura foi preso por determinação do juiz federal Sérgio Moro por ter quebrado acordo de delação premiada, no qual citou o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. O habeas corpus será analisado pelo presidente do STF, Ricardo Lewandowski.

**BLOG DO ZÉ BETO - 26/7 26 JUL 2016**

# **Judiciário não pode majorar vencimento de servidor**

*Do blog Interesse Público, de Frederico Vasconcelos*

Não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor do auxílio-alimentação de servidores da Justiça Federal para equipará-lo ao recebido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

A tese foi reafirmada na última quarta-feira (20) pela Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU).

O entendimento foi consolidado no julgamento de recurso interposto pela União Federal contra acórdão de Turma

**CONTINUA**

**CONTINUAÇÃO**

**26 JUL 2016**

Recursal de São Paulo que equiparou o valor do auxílio-alimentação de uma servidora da Justiça Federal com o benefício pago a servidores de tribunais superiores. (\*)

Em seu voto, o relator do processo, juiz federal Frederico Augusto Leopoldino Koehler, entendeu que “não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia”.

A Turma Recursal de São Paulo também havia determinado que fossem pagos valores em atraso relativos aos últimos cinco anos, com acréscimo de juros e correção monetária.